

---

**O ESPAÇO ESTRATÉGICO E DEFENSIVO IBÉRICO**

---

---

## O ESPAÇO ESTRATÉGICO E DEFENSIVO IBÉRICO (\*)

---

### 1. *Geografia e história da Península nas relações internacionais*

Num estudo sobre o espaço estratégico ibérico terão forçosamente de se ter em conta diversos factores que o moldam, modificam e modernizam.

Factores como a geografia certamente, mas também a História política dos seus dois Estados, Espanha e Portugal, sobretudo a História e as consequências da política de alianças prosseguidas no domínio das relações internacionais.

Geograficamente, a unidade da Península, ou seja, a ausência de exploração natural para a existência de diferenças assinaláveis no seu interior parece hoje pacífica. Não é preciso colocar os Pirenéus entre Portugal e a Espanha, como o fez Teófilo Braga, para garantir o que a vontade dos homens e a História teceram ao longo de séculos, organizando de forma específica a plataforma atlântica mais aberta ao oceano e canalizando para ela, do lado português, toda a actividade económica, social e política. Aos dois Estados ibéricos correspondem modos diferentes de organizar o espaço peninsular.

A organização do espaço, como diria Vidal de la Blache, é a forma que os homens têm de se imporem ao que parecem ser os determinismos geográficos. E os homens portugueses e espanhóis organizaram diferentemente o espaço ibérico que coabitam.

Só depois da instauração recente dos regimes democráticos em Portugal e em Espanha se criaram condições para a eminência de um facto novo e raro na História dos dois Estados: a existência de idênticas alianças extrapeninsulares. De facto, quando consumada a entrada de Portugal e da Espanha na C. E. E. e se a Espanha vier a fazer parte da N. A. T. O., como já faz parte do sistema de defesa ocidental, teremos atingido uma singular coincidência de posições entre os dois países neste século perante as relações internacionais.

---

(\*) Comunicação no 3.º Seminário Internacional do Instituto de Questiones Internacionais (MADRID) sobre «Opções Espanholas de Segurança».

A atitude de Portugal nas relações internacionais foi sempre mais activa sobretudo a partir da marginalização de Espanha das questões europeias subsequente à invasão napoleónica e ao Congresso de Viena. Durante todo o século XIX, a Espanha encerra-se em si própria com uma política externa simplificada ao contrário de Portugal que estará presente nas grandes questões europeias e africanas com uma política externa de natureza composta que ilustra a sua então singular posição entre as potências marítimas e os diferentes «perturbadores continentais».

Exemplo vivo e mais recente desta diferença de atitudes nas relações internacionais será dado pela posição dos dois países face à I Grande Guerra em que a Espanha se mantém neutral entre os grandes impérios da Europa Central e os países oceânicos e na qual Portugal participará ao lado das potências marítimas, distinguindo-se assim na Península Ibérica.

As funções estratégicas da Península variaram pois consoante as atitudes políticas tomadas pelos dois Estados e consoante o grau de importância atribuído pelas potências extra-ibéricas em litígio às costas portuguesas ou ao peso continental espanhol.

A repetida neutralidade de Espanha durante os dois conflitos mundiais, garantida pela decidida opção interna, foi também facilitada pela particular tendência dos estrategos em não atribuírem importância ao Mediterrâneo ocidental ou, pelo menos, às costas e ilhas mediterrânicas espanholas. Durante a I Guerra Mundial os alemães concentraram as suas atenções políticas e militares em Marrocos e na Turquia e os Aliados, além das posições mediterrânicas detidas pela Inglaterra, incidem o seu esforço militar sobre os estreitos a partir de bases marítimas (Dardanelos e desembarque na Península de Gallipoli).

Também durante a II Guerra Mundial a Alemanha nazi valoriza o Atlântico e subalterniza o Mediterrâneo e mesmo quando pensa invadir a Península é sobretudo para atingir a costa atlântica. Já os Aliados parecem ter compreendido melhor a lição das guerras púnicas e apoiam-se na margem sul do Mediterrâneo para atingirem a Itália e depois a Grécia e a Jugoslávia. Mas todos os beligerantes revelam menor empenhamento em fazer da Espanha um aliado mediterrânico.

No que diz respeito a Portugal a situação será diferente nomeadamente em relação às ilhas atlânticas. Com efeito, desde 1906 que os ingleses alertavam os governantes portugueses para que não atribuissem a qualquer potência concessões para depósitos de carvão ou de quaisquer outras facilidades, nos

portos do Atlântico, sem que Londres fosse ouvida. E ainda antes da I Guerra Mundial, pretensões alemãs de estabelecer depósitos de carvão na cidade da Horta foram seguidas de uma visita da esquadra alemã aos Açores. Já em plena guerra, em Fevereiro de 1917, o Governo inglês informa Lisboa de que tinha assegurado unilateralmente a defesa dos portos portugueses não continentais. Quase simultaneamente os E. U. A. pediam facilidades nos arquipélagos portugueses. Justificavam os americanos o pedido pela necessidade de evitar que as ilhas atlânticas se tornassem um refúgio de submarinos alemães. Em Novembro de 1917, o Governo português concede as facilidades de estacionamento de tropas e de abastecimento pedidas, numa altura em que Portugal mantinha ainda uma força expedicionária na Flandres para ajudar a manter longe das suas fronteiras terrestres a potência continental expansionista. Essas facilidades dadas nos Açores estavam ligadas às funções de articulação das ilhas atlânticas entre os Estados Unidos da América e o continente europeu, ilustrando por si só as características de Portugal como país europeu e atlântico.

São conhecidos nas suas linhas gerais os episódios relacionados com os Açores na II Guerra Mundial, mas talvez seja conveniente fazer ressaltar que, enquanto os estrategos ligados às potências marítimas concebiam o abandono do teatro continental europeu (posição defendida pelo Almirante King em 1940), os Açores eram vistos essencialmente como fronteira das potências marítimas perante o imperialismo terrestre, e só a partir do êxito da invasão por tropas Aliadas do Norte de África em 1942, é que aos Açores é atribuída a sua função de articulação entre o continente americano e a Europa. Já o território continental português preocupava os Aliados sobretudo pela placa de abastecimento que fornecia aos países do Eixo.

Pode-se concluir desta breve resenha histórica que raramente os dois Estados ibéricos tiveram a mesma atitude face aos conflitos entre as potências marítimas e as potências terrestres.

Deste modo, a possível unidade estratégica da Península não funcionou como tal nos dois grandes conflitos mundiais e, mesmo após a II Guerra Mundial, a Espanha e Portugal irão situar-se diferentemente perante a organização das alianças extra-ibéricas. Assim, Portugal será membro fundador da N. A. T. O. e a Espanha manter-se-á fora dela, até aos nossos dias, embora, a partir de 1953, e graças à política de bases dos E. U. A., assinará um acordo bilateral com este país e que será um modo de entrada da Espanha na defesa

ocidental. A Espanha será assim o primeiro Estado europeu a encarar um modo diferenciado de se integrar na política de defesa ocidental. Não deixa ainda de ser interessante referir que o Governo espanhol considerou em nota oficial que Portugal não poderia subscrever o Pacto do Atlântico por a tanto se opor o Pacto Peninsular.

Mesmo em Portugal a procura de soluções estratégicas perante a ameaça soviética que entretanto se acentuava levantou curiosas polémicas sobre a função da Península Ibérica no sistema de defesa ocidental. Debateram-se duas teses principais: a tese da defesa avançada da Europa e a tese da defesa ibérica.

Pode-se distinguir dois modelos principais concebidos no pós-guerra para a entrada de Portugal no sistema militar ocidental. O modelo do general Santos Costa e o modelo do general Raul Esteves. O interesse de sua referência para o nosso trabalho é o que é derivado das razões apresentadas por ambos, pois ambos recorrem à descrição das funções estratégicas da Península Ibérica para alicerçarem as suas teses embora tirando conclusões diferentes.

O «modo» Santos Costa caracterizou-se por uma doutrina de defesa ibérica, bem expressa no prefácio do livro de Andrade e Silva «Teatro de Operações de Portugal», datado de 1950. Partindo do princípio que:

«Nenhum acidente natural pode constituir obstáculo ao regular desenvolvimento de operações militares no sentido Leste-Oeste através de toda a Península», o então Ministro do Exército português conclui que «...a verdadeira força do bastião ibérico está mais na realidade dos seus contornos — e essa indiscutível — do que nos obstáculos do interior, os quais canalizam mais do que embaraçam os movimentos de quem, desembarcando nos portos e praias da costa ocidental, se dirija ao coração da Europa ou, tendo partido do interior longínquo do antigo continente, pretenda disputar o calor do Sol».

O conceito de bastião ibérico, para além do seu valor próprio, servia, ao mesmo tempo, para manter em vigor o Pacto Peninsular estabelecido entre dois Estados que não eram vencedores nem vencidos da II Guerra Mundial, e posto que a Espanha não era membro da N. A. T. O. era uma forma de manter Portugal militarmente fora da Aliança Atlântica pela afirmação de uma unidade estratégica peninsular, só concebível em termos de defesa recuada se se tratasse de quem viesse «do interior longínquo do Velho Continente», forma púdica de denominar a União Soviética.

Ora era exactamente o conceito de defesa recuada face ao invasor continental que o general Raul Esteves combatia no seu livro «A Defesa da Europa Ocidental», editado em 1952. A linha dos Pirenéus não é considerada pelo general como uma posição mais poderosa ou menos vulnerável do que qualquer das outras linhas de defesa europeias então discutidas. Só em termos de segurança dos E. U. A. se poderia conceber a linha dos Pirenéus como frente de contenção da influência soviética já que tal linha não pode interessar nem à Europa nem a Portugal.

Os conceitos de solar ou bastião ibérico são vigorosamente combatidos por Raul Esteves tendo em conta as diferentes funções estratégicas da Península Ibérica. A seu favor, o general invoca a II Guerra Mundial e afirma que a operação levada a efeito pelo Norte da França e pelo Sul da Itália pelos Aliados apresenta-se como uma manobra de torneamento dos Pirenéus, com a conseqüente desvalorização estratégica da Península Ibérica.

Os exemplos históricos atrás referidos permitem-nos encetar com mais rigor e maior compreensão o estudo da actual situação estratégica da Península.

## *2. A actual situação estratégica da Península Ibérica*

Repita-se: só depois da recente instauração de regimes democráticos em Portugal e na Espanha se criaram as condições para a eminência de um facto novo e raro na História dos dois Estados: a possibilidade de idênticas alianças extrapeninsulares. Essa possibilidade de idênticas alianças extrapeninsulares coloca pela primeira vez a questão da unidade das funções estratégicas da Península, até aqui inexistente pelo jogo complexo das relações internacionais e nomeadamente da diferença de atitudes entre os dois Estados ibéricos face aos sucessivos «perturbadores continentais» e às potências marítimas.

Essa possibilidade levanta algumas questões sobre o posicionamento da Península Ibérica face à Europa, face às Américas e face à África.

Face à Europa, a Península Ibérica é um todo em si mesma ou apenas uma parte da outra península mais vasta da Ásia, a saber, o próprio continente europeu? De facto, não estamos perante uma questão de escala mas antes confrontados com um problema estratégico essencial a saber: a questão das linhas de defesa do Rimland perante o ou os perturbadores continentais.

A Europa surge assim como uma península que encaixa sucessivas penínsulas e ilhas na direcção do Mediterrâneo e do Atlântico e assim a Europa vista da Europa só se pode conceber em termos de defesa avançada, fazendo dos Pirenéus um relevo ocupado de ambos os lados por entidades políticas interessadas em conter o mais longe possível a hegemonia da potência continental. E como península é-lhe absolutamente necessário o domínio do mar. E nesta perspectiva a Ibéria é posição estratégica fundamental pelos mares que a rodeiam e pelo equipamento dos seus portos e aeroportos.

A Península Ibérica não é espaço privilegiado para vir a ser neste contexto teatro do esforço ofensivo militar e antes está vocacionada para missões de apoio às diversas frentes, sejam missões militares sejam logísticas. A própria evolução da tecnologia militar e sobretudo dos armamentos só tem acentuado esse papel ou fazendo avançar as armas no teatro de operações europeu ou fazendo-as recuar para as costas americanas.

Numa breve resenha das funções desde já atribuíveis aos dois Estados ibéricos dentro de uma política de defesa euro-atlântica pode-se salientar:

*Para a Espanha* o estabelecimento de uma zona de interesse comum com os E. U. A. derivado do tratado de amizade assinado em 1976 e supervisionado por um estado-maior combinado hispano-americano. Essa zona de interesse comum estará limitada a Oeste pelo Meridiano 23, perto dos Açores, e a Norte pelo Paralelo 48, à latitude da Bretanha francesa, a Sul pelo trópico de Câncer e a Leste, no Mediterrâneo, por um meridiano que passa pelo limite Oeste das águas territoriais da Córsega e da Sardenha. Nesta vasta área podem-se estabelecer bases de controlo e protecção das vias de comunicação marítima, bases de apoio ao teatro de operações europeu e mediterrânico, sobretudo bases aeronavais situadas no Mediterrâneo ocidental. Por outro lado, o espaço espanhol permitirá um emprego mais rendível dos bombardeiros pela combinação destes com aviões-cisternas «KC-135». Dada a sua profundidade continental, embora recortado por demasiados relevos, o território espanhol poderia ser ainda um espaço adequado à dispersão de meios militares a estacionar em Espanha.

Pela primeira vez nota-se que uma potência extra-ibérica, neste caso os E. U. A., valoriza a dimensão mediterrânica da costa e das ilhas espanholas, quer pelo valor destas em si mesmas, quer pela neutralização política de muitos países da margem sul do Mediterrâneo, assim como de algumas ilhas no Mediterrâneo, quer ainda pelas necessidades decorrentes da tecnologia dos armamentos aéreos e marítimos e da presença da VI Esquadra no

Mediterrâneo. Esta valorização da posição mediterrânica da Espanha foi ainda acentuada pela ausência militar da França na N. A. T. O.

Esta valorização da dimensão mediterrânica ocidental da Espanha por uma potência extra-ibérica da Espanha é assim uma das causas da integração espanhola num sistema militar bilateral quando toda a tradição política do Estado espanhol é de isolamento nessa área. Os posicionamentos das principais bases aeronavais demonstra o que atrás fica dito e a brigada de fuzileiros das Forças Armadas espanholas também não deixa de representar a ilustração da política de presença própria e de influência hispânica que a Espanha quer tomar nessa área do Mediterrâneo ocidental. E dos dois lados do mar já que existem na margem sul os interessantes portos de Ceuta e Melila. Um estudo atento sobre a composição das forças armadas espanholas e das reformas que se pretende introduzir aponta ainda para a nítida tendência para iberizar as operações militares decorrentes da valorização do posição estratégica do Mediterrâneo e seus acessos.

Já no *triângulo estratégico português* Lisboa — Açores — Madeira, as principais funções estratégicas estão relacionadas com os conceitos de defesa avançada e de reforço rápido do teatro de operações europeu tendo em conta a posição privilegiada do triângulo atlântico quer em termos geográficos quer em termos meteorológicos (a base das Lages nos Açores funciona em boas condições atmosféricas durante todo o ano e esse espaço aéreo não está saturado) e também pelo equipamento dos portos e bases portuguesas. Com maior esforço na aquisição de meios aéreos e navais a situação *para-arquipelágica* do Estado português permitir-lhe-ia fazer incidir as suas missões na dimensão atlântica que dá a Portugal a sua essência.

Estas missões podem coincidir com as que estão cometidas ao COMBERLANT sediado em Lisboa: defesa contra minas; patrulhamento marítimo por aviões; guerra anti-submarina.

Essas são as missões decorrentes de Portugal ser geograficamente a grande abertura da Península para o Atlântico com os seus grandes portos e alguns bons aeroportos e bases aéreas espalhados pelo triângulo já referido, o que permite uma dispersão adequada de meios.

É facto que algumas das funções estratégicas próprias ao território português requerem a colaboração e o entendimento das autoridades espanholas, como os obstáculos levantados aos voos da Luftwaffe entre a Alemanha e a base de Beja demonstraram. E no caso de construção de oleodutos



que liguem as refinarias portuguesas de petróleo à Europa continental mais uma vez estaremos perante a necessidade de entendimento político entre Portugal e a Espanha para esse fim.

Existem assim determinismos geográficos que obrigam à colaboração dos dois Estados ibéricos para o cumprimento racional de certas missões sobretudo as que se relacionam com a ligação da Península ao continente europeu.

Essa unificação do espaço ibérico ainda seria mais acentuada se o conceito estratégico de defesa avançada fosse abandonado e a hegemonia soviética se estendesse à Europa Central e Ocidental.

De tudo o que atrás fica dito pode inferir-se que tanto a Península Ibérica no seu conjunto como as Ilhas Britânicas podem constituir-se em redutos defensivos de alternativa no caso de a potência terrestre vir a alargar a sua influência à maior parte do continente europeu. O valor máximo da Península em termos estratégicos dar-se-á pois, se os restantes Estados do continente europeu forem postos fora da influência das potências marítimas e só restar deste lado do Atlântico a alternativa das Ilhas Britânicas.

O que atrás fica relatado será sempre uma perspectiva que não agradará a outros países europeus, pelo que em termos desta «península da Ásia» menores e mais diversificadas serão as funções estratégicas na Península Ibérica e maior será o empenhamento ocidental na manutenção do *status quo* europeu derivado também da acta final de Helsínquia; maiores e mais homogéneas serão as missões atribuídas aos dois Estados ibéricos e mais comprometida estará a possibilidade de defesa avançada continental que dá substância à actual política euro-atlântica.

É assim menos paradoxal do que parece em termos ibéricos o empenhamento multilateral de Portugal na defesa do mundo euro-atlântico através da O. T. A. N., e a articulação da Espanha à defesa ocidental pela via de um acordo bilateral com os E. U. A., que é, como se sabe, a situação actual.

Aliás, uma análise descritiva da própria evolução da N. A. T. O. demonstra a existência de vários estatutos reais para os países membros, desde a situação singular da França e da Grécia às posições da República Federal Alemã ou da Itália. E, de vez em quando, surge, aqui e além, entre entidades responsáveis, a teoria do *graduate membership*, como a assinalar um modo diferente de coordenar o núcleo essencial da N. A. T. O. com um conceito mais vasto de defesa ocidental.

Em Portugal têm-se vindo a acentuar, neste últimos tempos, duas teses no que diz respeito ao modo de articulação estratégica de Portugal no esforço

de defesa ocidental, opinando uns que Portugal é o que se pode conceber como um *Estado para-arquipelágico*, assente na fachada atlântica da Península e estendendo-se para os Açores e a Madeira, mercê de vários factores desde a rarefacção das actividades económicas e sociais junto à fronteira com a Espanha, até à criação da Zona Económica Exclusiva portuguesa; desde a falta de ligações terrestres fáceis com a restante Península até ao facto de o comércio externo português se fazer em percentagem altíssima por via marítima (mais de 95% das importações e mais de 84% das exportações). Trata-se pois de alargar o conceito de costa e de privilegiar todos os esforços de equipamento aeronaval de que, de facto, as forças armadas portuguesas carecem.

Dentro dessa perspectiva, a própria existência de uma brigada mista portuguesa afecta à N. A. T. O. para ser aerotransportada para reforço do flanco sul da Aliança mas fora da Península Ibérica dá a medida quer do empenhamento do exército nas missões N. A. T. O., quer a sua não afectação a quaisquer missões ibéricas terrestres.

O único teatro de operações português seria assim o Atlântico oriental numa vasta zona cobrindo o triângulo continente — Açores — Madeira, através de meios aeronavais e electrónicos. Trata-se, porém, de um teatro de operações saturado pelas comunicações marítimas e aéreas, passando junto à costa portuguesa cerca de 400 navios por dia que se destinam, ou provêm, dos portos do Norte da Europa, e em que o mar patrimonial português surge como solução de continuidade para a própria fronteira marítima espanhola, observando-se sobreposição de comandos N. A. T. O. (IBERLANT e WESTLAND para os Açores) e ausência de coordenação orgânica com o comando hispano-americano que superintende à zona de interesse comum já aqui referida e descrita. Esta «sensibilidade atlântica» portuguesa pode ser comparada à «sensibilidade mediterrânica» espanhola. Estas sensibilidades atlântica e mediterrânica completam-se porque uma península só tem liberdade de acção política se dominar os mares que a envolvem. A fronteira marítima de uma península é, por definição, a mais difícil de fiscalizar.

Outros estrategos portugueses procuram um sistema de ligação entre as forças terrestres dos dois Estados da Península para não se acentuar a divisão estratégica da Península Ibérica, já que os dois exércitos estão ambos desactivados neste momento no que diz respeito a missões ibéricas, quer as decorrentes de acordos multilaterais, quer bilaterais.

Existe, de facto, hoje, uma divisão estratégica do espaço ibérico, quer continental quer insular.

Esta divisão estratégica do espaço ibérico é perfeitamente compreensível em termos insulares, onde só no caso da ilha da Madeira (hoje a posição insular mais a sul da Aliança Atlântica) e das Canárias pode haver sobreposição de funções, já que tão distintas são as posições dos Açores no Atlântico e das Baleares no Mediterrâneo.

### *A Península face à América do Norte*

Será pela análise da evolução política e tecnológica dos armamentos que iremos focar as relações entre a Península Ibérica e o continente americano especialmente os Estados Unidos da América.

Já vimos pelas funções estratégicas atribuídas às ilhas portuguesas durante as I e II Guerras Mundiais que se pode situar entre as ilhas e Lisboa uma autêntica fronteira estratégica entre a potência marítima e a potência terrestre caso esta avance demasiado no continente europeu e em direcção a Lisboa. Esta é uma das razões para a necessidade, em termos de unidade nacional portuguesa, do conceito atlântico de defesa avançada para a Europa. Aliás, os dois Estados da Península Ibérica seriam os que maiores dificuldades teriam para garantirem as suas respectivas unidades nacionais no caso de um rompimento de solidariedade euro-atlântica.

Garantido esse conceito de defesa avançada, não há dúvida que as fachadas ribeirinhas de mais fácil ligação do continente americano com a Europa são as Ilhas Britânicas, as ilhas atlânticas portuguesas e a Península Ibérica. A Península Ibérica é também, na sua fachada sul, um ponto chave para a articulação entre o Mediterrâneo e o Atlântico, tanto mais que as características do estreito de Gibraltar — onde avulta a existência de grandes profundidades — requerem o estabelecimento de estações de sonar instaladas em terra para detecção de submarinos em imersão.

Mas a Península Ibérica já se não revela tão importante em termos de teatro de operações militares dentro de um esquema de solidariedade euro-atlântica, quer se trate de manter o esquema de defesa ocidental actual quer se venha a verificar um maior isolacionismo dos E. U. A. face às questões mundiais nomeadamente europeias. A posição da Península é relativamente subalterna nos dois casos embora as suas ilhas possam ter funções mais

importantes no último caso. A Península Ibérica é importante no seu todo como cabeça de ponte nesta margem do Atlântico Norte, garantindo em relação ao continente americano que o Atlântico Norte é um «mar interior» com acesso fácil e seguro ao Mediterrâneo e garantindo segurança às actividades económicas que ligam as duas margens do oceano.

A forma de garantir essa segurança em termos militares tem variado não só pelas vicissitudes políticas mas também pela própria evolução dos armamentos.

Vejamos então as implicações para a Península Ibérica da evolução tecnológica militar.

A doutrina aérea americana começou a evoluir na segunda metade da década de 60 no sentido de substituir a política de bases até então em vigor desde o fim da II Guerra Mundial. Tratava-se de substituir os bombardeiros de médio alcance por bombardeiros estratégicos e de aproveitar o aperfeiçoamento dos sistemas de mísseis intercontinentais que ficam colocados em posições mais vantajosas do que as que a Península Ibérica poderia oferecer. A própria evolução do poder naval americano tem consequências de subalternização das bases navais espanholas nomeadamente o aparecimento do submarino atómico Trident que substitui os submarinos equipados com mísseis Polaris.

Assim, o aparecimento dos novos «SSBN» da classe Trident vem permitir o cumprimento das missões até então atribuídas aos Polaris, a partir de bases navais do próprio continente americano, retirando, à primeira vista, grande parte da razão de ser de bases nucleares americanas na costa espanhola.

Deste modo, a conjugação do aparecimento de novas armas americanas como os bombardeiros de longo alcance «B-52» reabastecidos em voo pelos aviões-cisternas «KC-135» e os submarinos atómicos da classe Trident, fez evoluir as funções estratégicas das bases aeronavais espanholas. Assim, nas bases aéreas de Moron (Sevilha), Torrejon (Madrid) e Saragoça encontram-se agora apenas forças táticas dotadas de aviões «F-111» e «F-4» bem como os aviões-cisternas «KC-135».

Eis alguns exemplos da modificação da importância estratégica de uma situação geográfica que obriga a reflectir sobre a efemeridade dos grandes postulados geoestratégicos na era da balística.

Em conclusão, a evolução da situação política mundial pelos efeitos conjugados da Conferência de Helsínquia e pelo estabelecimento dos Acordos

SALT veio trazer um desanuviamiento entre os E. U. A. e a União Soviética em termos euro-atlânticos, que todos parecem querer manter para além das vicissitudes de acontecimentos extra-europeus ou das próprias conversações MBFR. Por outro lado, a conjugação da modernização dos armamentos ocidentais com uma menor preocupação sobre o teatro de operações do centro da Europa (sobretudo depois das decisões referentes aos Pershing II) pode vir a privilegiar o reforço do flanco sul da Aliança Atlântica e por aí vir a acentuar-se o papel da Península Ibérica nesse mesmo reforço do flanco sul mediterrânico.

A Península Ibérica é também um valor em si mesma e para não ficar à mercê das oscilações estratégicas das potências extrapeninsulares deve procurar um campo de afirmação próprio, o que leva a considerar as relações da Península Ibérica com a África e a América Latina sobretudo na perspectiva de adesão dos dois Estados à C. E. E.

Não me irei alongar muito neste capítulo até porque ele foi tema num seminário realizado no ano passado por este mesmo Instituto de Questiones Internacionales.

Os dois países, Portugal e Espanha, têm, pela sua História, laços culturais e políticos muito intensos com certos países africanos e da América Latina. Se neste último caso o interesse estratégico é apenas político, já no que diz respeito a África, e muito especialmente ao Norte de África, além desse valor político soma-se o valor geoestratégico configurado pelas relações de proximidade e pela zona de articulação mediterrânica e sudeste-atlântica.

Em síntese podemos dizer que o espaço ibérico pode ser encarado de vários modos, do ponto de vista estratégico, consoante as inter-relações consideradas, consoante a natureza das ameaças que se perfilam perante os dois Estados e perante as próprias alianças políticas extrapeninsulares de Espanha e de Portugal.

Abril de 1980

*José de Medeiros Ferreira*